



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009642-26.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIANA GIMENES ADABBO**
 Requerido: **UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPOAR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter cursado dois semestres em Curso de Suporte Técnico em Gestão de Recursos Humanos na Unip, transferindo-o no início de 2015 para a ré.

Alegou ainda que em agosto/2015 foi surpreendida com a notícia de que seu pedido de matrícula fora recusado, constatando que ao longo de todo o ano de 2015 cursou novamente os dois primeiros semestres do aludido Curso.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), **o que foi inclusive objeto de referência no despacho de fl. 103**, a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não logrou demonstrar que procedeu corretamente em face da autora.

O documento de fl. 04 evidencia que a autora cursou ao final de 2014 o segundo semestre do Curso trazido à colação junto à Universidade Paulista.

É incontroverso que no início de 2015 ela solicitou transferência à ré, de sorte que deveria dar continuidade à sequência normal do curso.

Não obstante, vê-se a fls. 02/03 que ela ao longo de 2015 foi matriculada respectivamente nos primeiro e segundo semestres do mesmo Curso, o que impõe reconhecer ter sucedido a repetição das atividades já desenvolvidas no ano anterior.

Nenhuma justificativa concreta foi apresentada para tanto nas trocas de mensagens entre as partes (fls. 05/12) e nem mesmo o argumento de que a autora não solicitou o aproveitamento de disciplinas em época certa (fl. 29) beneficia a ré.

Na verdade, se a ré aceitou a matrícula da autora ciente de que ela já levava a cabo dois semestres do Curso para o qual se transferiu inexistente razão para que simplesmente a fizesse repetir as mesmas atividades.

Deveria ao menos antes de abonar a nova matrícula alertar especificamente a autora a respeito da necessidade de possível adequação curricular, mas nunca poderia deixar transcorrer um ano sem nenhuma providência para que a situação fosse revisada.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

É de rigor que a ré proceda à matrícula da autora nos termos postulados, devendo ressarcir os danos materiais que suportou ao pagar por curso que não lhe teve qualquer serventia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.051,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, bem como para tornar definitiva a decisão de fl. 16, item 1.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**